



Presidência da República  
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca  
Subsecretaria de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca  
Diretoria de Desenvolvimento da Pesca  
Coordenação Geral de Pesca Artesanal

## PROGRAMA PESCANDO LETRAS

Proposta Pedagógica para a Alfabetização de  
Pescadores e Pescadoras Profissionais e  
Aqüicultores e Aqüicultoras Familiares

Agosto/2005

## Presidência da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR

José Fritsch

Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca

Cezar Luiz Cerutti

Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

Altemir Gregolin

Subsecretário de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca

Karim Bacha

Diretor de Desenvolvimento da Pesca

João Donato Scorvo Filho

Diretor de Desenvolvimento da Aqüicultura

Ivanilson de Souza Maia

Coordenador Geral de Pesca Artesanal

Maria Luiza Moretzsohn Gonçalves Ramos

Coordenadora Técnica do Programa

Carla Medeiros y Araújo

Assessoria Técnica

## Ficha Técnica

### Projeto e Coordenação

Sapé – Serviços de Apoio a Pesquisa em Educação

### Elaboração, Redação e Edição

Ana de Almeida Ribeiro

Cleide Figueiredo Leitão

Maria Aída Bezerra Costa

Maria do Socorro Martins Calháu – **coordenadora**

Renato Pontes Costa

# Sumário

Apresentação

Justificativa

Objetivos: Geral e Específicos

Metas e Parcerias

Concepção Teórico-metodológica

    Espaço, sujeitos e processos interativos

    Reflexões sobre o tempo do pescador

    A prática pedagógica diária da sala de aula

Formação de Alfabetizadores e Alfabetizadoras

Materiais Pedagógicos

Considerações sobre Alfabetização Digital

Referências Bibliográficas

## Apresentação

A educação de jovens e adultos ganhou importância estratégica no atual governo, uma vez que a educação é um direito de todos em qualquer momento da vida.

Nesse sentido, visando promover a inclusão social dos pescadores e pescadoras profissionais e aqüicultores e aqüicultoras familiares, a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República inscreveu no seu Projeto Político o **Programa Pescando Letras**, um compromisso que se integra ao esforço nacional de ampliação do direito de acesso à alfabetização promovida pelo Ministério da Educação – MEC por meio do **Programa Brasil Alfabetizado**.

Na I Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, realizada em Luziânia/GO, em novembro de 2003, o tema do analfabetismo foi amplamente debatido. Nessa ocasião, ficou definida a inclusão educacional como uma das prioridades da SEAP/PR.

O universo da pesca e da aqüicultura no Brasil é repleto de contradições. Por um lado, a aqüicultura e a pesca podem estimular o desenvolvimento sustentável em nosso País, a geração de emprego e renda, a inclusão social e o aumento da produção de pescados contribuindo para a segurança alimentar e nutricional. Por outro lado, a política implantada pelos governos anteriores tinha como diretrizes o desenvolvimento do agronegócio da pesca e aqüicultura, o fomento da pesca oceânica e a inserção competitiva no mercado internacional entre outras. Embora contemplassem formalmente a pesca artesanal, a aqüicultura familiar e a recuperação das pescarias costeira e continental, na prática houve um privilégio, quase exclusivo, ao agronegócio da pesca oceânica e da aqüicultura.

A aqüicultura, especificamente, é uma atividade de grande potencial e em desenvolvimento. Só nos últimos dez anos é que conseguiu maior importância econômica, sendo compreensível que a sua organização em nível nacional ainda seja incipiente.

As pescas costeira e continental – artesanal, familiar ou de micro e pequenos armadores – sofreram um processo de estagnação ou de queda, resultado, em parte, do modelo de gestão inadequado, da ausência histórica de um ordenamento apropriado e da conseqüente exploração dos estoques.

Historicamente, grande parte dos trabalhadores do setor pesqueiro está excluída da proteção social do Estado, situação agravada pelo alto índice de analfabetismo e ausência de qualificação. Seus direitos como trabalhadores não eram reconhecidos nas

instâncias de participação e representação do setor.

Por fim, vale lembrar que os pescadores são cantados em versos e prosas pelos romancistas e destacam-se como figuras heróicas e emblemáticas em histórias nas mais diferentes culturas. É fundamental, então, que possam com seus próprios punhos escrever as suas histórias, os saberes adquiridos em seu ofício, exercendo assim a sua autoria e agregando uma contribuição específica ao conjunto da sociedade.

## Justificativa

Ao se propor um Programa de Alfabetização para os pescadores profissionais e aqüicultores familiares é preciso considerar tanto as enormes dificuldades que enfrentam, quanto a riqueza de sua cultura, em seu estreito vínculo com o ambiente.

Entre as dificuldades podemos destacar: as condições de vida, o nível de organização do setor, o longo histórico de falta de apoio e incentivos, o elevado índice de analfabetismo, uma infraestrutura de armazenamento e conservação insuficientes, a ocupação da zona costeira pelo processo de especulação imobiliária, a falta de uma legislação atualizada e eficiente, a fragilidade do sistema de fiscalização, a redução dos estoques pesqueiros devido à sobrepesca, a ausência de crédito para aquisição de petrechos, a poluição e a degradação ambiental.

O modo de vida desses trabalhadores e o tempo que passam em terra firme são elementos que têm peso na concepção de uma aprendizagem da leitura e da escrita que realmente seja significativa para eles. Além disso, sua relação com o meio ambiente, no que diz respeito à diversidade, utilização e preservação, também precisa ser levada em conta nesse momento. Vale acrescentar que, em particular, os aqüicultores familiares seguem em suas vidas um ritmo muito próximo ao dos pequenos agricultores familiares. A fragilidade de sua organização faz com que busquem nos sindicatos dos trabalhadores rurais uma parceria na luta por seus direitos.

Os pescadores profissionais estão preocupados com as questões do meio ambiente, não só por depender diretamente dele para sua sobrevivência mas, também, por um certo pertencimento ao ecossistema de onde deriva sua pesca. Um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado é de fundamental importância para a vida, de um modo geral, e como garantia da sobrevivência dos pescadores profissionais enquanto categoria social e culturalmente diferenciada.

Existem, ainda, outras razões para se pensar em uma proposta pedagógica diferenciada. Uma delas refere-se ao direito que esses sujeitos possuem de acesso a um saber que hoje é imprescindível nas práticas sociais. É também bastante preocupante o fato de haver um grande número de pescadores e aqüicultores que nunca freqüentaram a escola. Trata-se, portanto, do cumprimento de um direito que reconheça a especificidade desses trabalhadores.

A necessidade desses profissionais conhecerem e dominarem algumas tecnologias que se mostrem mais eficientes nas suas atividades laborais, no trato com o meio ambiente

e, principalmente, na preservação das águas e das espécies que lhes trazem o sustento, se constitui em uma forte razão para pensarmos um processo de alfabetização que seja singular.

É importante, ainda, que esses trabalhadores conheçam melhor seus direitos e possam dialogar adequadamente com as instituições às quais eles se encontram vinculados. Dentre as informações que precisam dominar estão as medidas e os instrumentos criados para facilitar seu trabalho. Na vida do pescador profissional existem diferentes demandas que implicam num preparo específico: negociar, requerer e agilizar empréstimos bancários, auxílios do defeso, compras de barcos, entre muitos outros. No caso do aqüicultor, o preparo específico também é imprescindível, pois no seu dia-a-dia também relaciona-se com instituições bancárias, comercializa, implementa novas tecnologias em seus empreendimentos, entre tantas outras atividades de grande complexidade.

Ao mesmo tempo, é indispensável também que se tornem capazes de implementar ações de revitalização dos mares, rios, manguezais, lagoas, como cidadãos das águas que são.

A proposta pedagógica do **Programa Pescando Letras** considera, portanto, o chão no qual está calcada a experiência sociocultural desses sujeitos, procurando problematizar as suas condições de vida e refletir sobre os saberes acumulados por eles ao longo de suas histórias. A realidade socioeconômica e o desejo que impulsionam o ingresso ou reingresso em uma sala de aula são elementos agregadores nessa proposta que não se limita apenas à alfabetização.

Nessa perspectiva, a alfabetização é considerada apenas o começo de um processo mais amplo do aprendizado da leitura e da escrita, de continuidade da escolarização, de formação permanente ligada ao trabalho. É, assim, a primeira caminhada de uma trajetória a ser percorrida por toda a vida.

# Objetivos

## Geral

Atender à necessidade urgente de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais e aqüicultores e aqüicultoras familiares, jovens e adultos, numa perspectiva de educação continuada, tomando em consideração o contexto sócio-político dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos.

## Específicos

Ampliar, com a leitura da palavra, a leitura de mundo dos pescadores profissionais e aqüicultores familiares.

Viabilizar uma participação mais ativa da categoria dos pescadores profissionais e aqüicultores familiares nas decisões relacionadas ao seu trabalho e à sua vida.

Consolidar o exercício de sua cidadania pelo aprofundamento de seu compromisso com o equilíbrio ecológico dos mares e dos rios.

Criar as condições pedagógicas necessárias para a apropriação e zelo do seu patrimônio cultural.

Reforçar os laços de pertencimento e sociabilidade comunitária explorando seus recursos de expressão e comunicação: as festas, as danças, a oralidade e a poesia, os cantos e os rituais das dádivas e retribuições.

Contribuir para o fortalecimento de sua identidade profissional e para o desenvolvimento de sua competência, favorecendo uma participação mais efetiva nas organizações representativas do setor.

Trazer à tona, valorizar e socializar seus saberes, ampliando as possibilidades de construção democrática do país com sua história, suas vozes, seus registros.



## Metas e parcerias

### Parcerias

Além da cooperação mútua com o MEC, no âmbito do **Programa Brasil Alfabetizado**, a SEAP/PR busca articular parcerias de base nacional, estadual e municipal, bem como com organismos internacionais que contribuam com a obtenção de meios financeiros, técnicos, tecnológicos, materiais e operacionais, tais como: pessoal, instalações e equipamentos necessários para o alcance dos objetivos do **Programa Pescando Letras**.

### Metas

As metas do Programa Pescando Letras são:

reduzir em 50% o índice de analfabetismo entre os pescadores profissionais e aqüicultores familiares até 2007;

atuar em todo o território nacional, disponibilizando aos parceiros locais um projeto pedagógico com metodologia específica para essa categoria, respeitando sua cultura, experiência e realidade;

favorecer a implantação da alfabetização com época de funcionamento e duração das aulas intensificadas, no caso dos pescadores profissionais, nos períodos de defeso em cada região;

apoiar a formação dos educadores em âmbito municipal, estadual e regional, através de técnicos especializados mobilizados pela SEAP;

acompanhar o desenvolvimento do Programa procurando com isso garantir sua efetiva realização em consonância com a orientação da proposta pedagógica.

## Concepção teórico-metodológica

Há algum tempo acreditava-se que a melhor forma de aprender a ler e a escrever fosse aquela que privilegiasse a memorização e a junção das letras em sílabas e, posteriormente em palavras e frases, ou mesmo o contrário. Eram os chamados métodos analíticos e sintéticos. Independentemente de onde se partia, a frase ou a letra, a idéia era alfabetizar dentro de uma dinâmica de codificação e decodificação que tinha por elemento principal a letra e o seu som. Essa concepção tinha por horizonte um momento histórico onde teorias do conhecimento, de natureza comportamentalista, estavam sendo experimentadas. Era um tempo onde a psicologia era dona absoluta da prática de alfabetização.

Fórmulas estereotipadas, como IVO VIU A UVA, eram concebidas com o objetivo de auxiliar no processo de aprendizagem. Criava-se um tipo de escrita sem significado, como se ela fosse um objeto alheio à própria compreensão do aluno. Os alunos eram levados a reproduzir frases, sem compreender nem recriar seus sentidos. No fundo, não estava em jogo nesse processo a compreensão dos usos e funções da escrita na sociedade.

Na década de 1960, o professor Paulo Freire anunciou que a educação poderia libertar o homem ao invés de dominá-lo. Inúmeras e relevantes foram as contribuições, mas a grande novidade era pensar a educação de adultos para além do campo da psicologia. Isso significou ampliar os horizontes da reflexão e pensar a educação como um instrumento de superação de uma realidade perversa de injustiça social. Além disso, considerar os processos culturais em que estes sujeitos estavam envolvidos, eram as grandes marcas das ações realizadas nesse período. Paulo Freire também anunciou que a leitura de mundo precede a leitura da palavra.

Aliadas a esse contexto, as contribuições das pesquisas do biólogo Jean Piaget, realizadas na Suíça com crianças, nos levaram a admitir que, ao contrário da repetição e da transmissão, a “experiência” tinha um papel preponderante na questão da aprendizagem. Desta forma, o construtivismo, teoria da aprendizagem criada por Jean Piaget, inaugura um fazer pedagógico que se diferencia do modelo comportamentalista de aprendizagem. O professor passa então de um transmissor de conhecimentos para um estimulador de experiências.

Em finais da década de 1970, a pesquisadora Emília Ferreira, ex-aluna de Jean Piaget divulga em suas pesquisas que a escrita não é um objeto escolar, ao contrário, a escrita só é importante na escola porque é importante fora dela. Diz ainda que a língua escrita para ser realmente apropriada precisa ser compreendida como algo que evolui e

que se pode atuar sobre ela. As normas ortográficas são apenas uma convenção útil para que a comunicação à distância seja possível entre falantes que não compartilham o mesmo dialeto.

Emília Ferreiro trouxe uma importante contribuição para o campo da alfabetização. A idéia de que cada sujeito, em processo de alfabetização, formula hipóteses regulares sobre o seu funcionamento que vão evoluindo na medida em que eles desconfiam de sua insuficiência, fez com que a prática da alfabetização fosse repensada. Para mostrar que não é necessário trabalhar com a idéia de som e grafia, Emília Ferreiro afirma que “não são as letras que se pronunciam de certa maneira; são as palavras que se grafam de certo modo”<sup>1</sup>.

Na década de 1920, na Rússia, Lev Vygotsky realiza vários estudos sobre a questão do aprender. Esses estudos chegaram ao ocidente nos anos 60 e ao Brasil nos anos 80. Com ênfase nas interações sociais que acontecem nas atividades culturais, o trabalho de Vygotsky trouxe muita reflexão ao campo do ensinar e do aprender a língua escrita. A escrita para Vygotsky é a aquisição de um sistema simbólico de representação da realidade. Para ele a escrita possui uma função culturalmente mediada, ou seja, a escrita é produzida em decorrência da interação nos meios social e cultural.

Muitos foram os teóricos, que ao longo dos tempos, desenvolveram pesquisas sobre o ensinar e o aprender. Ignorá-los seria, no mínimo, perder o contato com a dinâmica histórica da produção de conhecimento.

As metodologias formuladas para crianças são insuficientes para instrumentalizar um trabalho de alfabetização de jovens e adultos. No caso dos adultos, a “agenda do tempo” já possibilitou múltiplas e diversificadas experiências. Sua infância já passou e não pode mais ser classificada dentro das etapas previstas biologicamente. Os contextos culturais onde vivem os adultos inviabilizam pensar tão somente num único tipo de concepção teórica, principalmente quando pensamos numa sociedade complexa como a brasileira.

Realizar um trabalho significativo no campo da alfabetização de jovens e adultos requer do educador a busca de subsídios que realmente auxiliem na realização do processo. Esses subsídios não só estão nas concepções teóricas que foram sendo produzidos ao longo da história mas, principalmente, nas inúmeras experiências acumuladas nessa área, e outras tantas que se encontram em andamento nos tempos atuais.

---

<sup>1</sup> Ferreiro, Emília. Com todas as letras. São Paulo: Editora Cortez . 1993 p.22

## **Espaço, sujeitos e processos interativos**

Num processo de alfabetização existem alguns fatores que precisam ser levados em conta. São eles: o espaço e os processos de interação entre os sujeitos. A sala de aula, independente de onde se localiza, é um espaço de fortalecimento do grupo que irá fazer parte dela. Ao contrário das relações verticalizadas que tradicionalmente se fazem presentes no ambiente escolar, na alfabetização de jovens e adultos, as relações precisam ser de outra qualidade. Os alunos, por serem portadores de experiências e saberes diversos e, os professores, por serem detentores dos saberes que motivaram os alunos a estarem no curso de alfabetização, precisam compreender que, embora sejam atores diferenciados, fazem parte de uma única dinâmica que torna a todos aprendentes de outra qualidade de saber que está em construção. Trata-se, portanto, de um processo educativo que interessa a todos os envolvidos.

Quando buscam a escola, depois de adultos, os alunos trazem consigo crenças e concepções a respeito da forma como imaginam que ela funciona. Por diversas razões, esses alunos já interiorizaram uma concepção bastante rígida e tradicional de escola. Desta forma, acham que só aprenderão com muito sacrifício e, principalmente, se o educador aplicar, em sala de aula, métodos e rituais escolares bastante rígidos. Por isso, se faz necessário, ao longo do processo de alfabetização, o estabelecimento de alianças que possibilitem a todos os envolvidos compreender e refazer esse processo na medida em que as situações de confronto vão aparecendo. No caminho de refazer seus imaginários e suas sínteses é que professores e alunos produzem uma atividade pedagógica, de outra natureza, que interessa igualmente às duas partes.

## **A prática pedagógica diária de sala de aula**

O dia-a-dia de uma sala de alfabetização necessita estar atravessado pelas práticas sociais dos alunos e professores, suas demandas e desejos. É importante que as atividades sejam preparadas para atender às reais necessidades dos alunos. Nesse sentido, as aulas devem dar lugar a que a expressão da autonomia e a construção de um coletivo sejam capazes de imprimir uma dinâmica ao processo. Trata-se, portanto, de reconhecer a existência de tipos de expressão e comunicação que se fazem presentes na vida dos pescadores profissionais e aquicultores familiares. Alfabetizar adultos não é realizar uma mera transferência de métodos e técnicas, mas possibilitar a construção e apropriação de uma nova forma de expressão das idéias que precisam ser transformadas em ações.

Por conta da limitação do tempo é conveniente pensar num planejamento que, embora

flexível e (re) construído cotidianamente, seja capaz de orientar de forma adequada às ações pedagógicas necessárias. Nessa perspectiva, um processo de alfabetização que seja realmente significativo precisa favorecer a interação dos alunos com os diversos materiais escritos que fazem parte do seu patrimônio cultural.

Tendo a cultura como um chão de trabalho é que se pode construir um processo que realmente atenda às demandas por ler e escrever dos principais interessados, os pescadores profissionais e aqüicultores familiares. Pensar a cultura implica saber que esses atores lêem com sabedoria os sinais da natureza, os ventos, as correntes marítimas, a dinâmica dos rios, os problemas ambientais, e são conscientes das dificuldades do seu trabalho e da necessidade de organização, tanto na pesca, como na aqüicultura.

Sendo assim, a proposição de alguns temas de fundo para o trabalho, sem aprisioná-los, pode ser bastante produtivo. Como o curso vai durar alguns meses, talvez seja interessante dividir o tempo em temas variados, de acordo com o desejo e as características dos grupos; e as especificidades de cada região. Cada período poderia ter um ou dois temas que sejam suscitadores de reflexões, debates, atividades de leitura e produção de textos. E, ao mesmo tempo, motivadores também de experiências ligadas à matemática e às demais áreas do conhecimento, num processo interdisciplinar.

Elegemos aqui alguns temas, como forma de sugestão. Começar pela **IDENTIDADE** é sempre uma opção bastante interessante. Dentro dela podemos trabalhar o nome dos alunos, quando e onde nasceram, suas histórias de vida, profissão, registro e documentos necessários, família, lazer, entre outros.

Pode ser também bastante significativo encaminhar o processo em torno dos aspectos que estão presentes na **VIDA EM COMUNIDADE**. Nesse sentido, pode-se trabalhar com a história da comunidade, principais acontecimentos, reivindicações, serviços prestados, conquistas já efetivadas pelos moradores, economia da região, oferta de trabalho, discussão sobre o trabalho infantil, gênero, presença de escolas e creches, entre outros.

Um terceiro elemento que é sempre instigante nesse trabalho é o **TEMPO**. Com esse tema, é possível discutir o tempo em todas as suas dimensões. A partir dele podemos trabalhar com os fenômenos da natureza, as datas, horas e fatos marcantes, ordenar fatos importantes da comunidade, principais brincadeiras da infância ontem e hoje, tempo de trabalhar, tempo de descansar, tempo de se divertir, principais diversões que existem na comunidade, entre outros.

Um outro tema significativo é a **ATIVIDADE PESQUEIRA OU AQUÍCOLA**. Nessa unidade poderiam ser levantadas questões mais específicas da pesca e/ou aquicultura, a importância da atividade para o país, o defeso, compras, empréstimos bancários, documentos, direitos, tecnologias, petrechos, a lua, o vento, entre outras. Na dimensão do trabalho, o educador pode identificar, junto com os alunos, quais os aspectos que fazem deles cidadãos das águas.

Por último, poderíamos considerar a idéia de abordar o tema da **ORGANIZAÇÃO**, que está diretamente relacionado às condições de trabalho e pode, como consequência, obter a melhoria das condições de vida desses sujeitos. Nessa unidade, seria interessante que o educador explorasse os textos gráficos, tabelas e demais materiais escritos que permitissem aos alunos conhecer melhor seus direitos e a necessidade de organização da categoria. Entender como se estruturam as entidades de base (colônias, associações, sindicatos) e se mobilizar para a participação em outros espaços onde seus interesses são debatidos (fóruns, seminários, movimentos, conferências). Durante esse período esta temática deveria motivar as produções de escrita e os textos de leitura.

Na direção de criar um elo de ligação entre essas temáticas, a questão do **meio ambiente** deve ser tratada não como um tema, mas de forma transversal a todos os outros. Assim, além de garantirmos que seja feita uma reflexão contextualizada pela realidade desses alunos, estaremos também assegurando um trabalho de construção da **cidadania dos pescadores profissionais e aquicultores familiares**.

## Reflexões sobre o tempo

No contexto da vida dos pescadores profissionais e aquicultores familiares, às vezes, um processo educativo precisa acontecer motivado por outros parâmetros e outras lógicas. O tempo é, obviamente, um dos elementos que mais precisa ser levado em conta na formulação de seus cursos de alfabetização.

Pode ser muito empobrecedora a experiência educativa que não inclui a dinâmica de vida de seus principais atores: os alunos e os educadores. No caso dos pescadores profissionais e aquicultores familiares essa lógica é regida pelos fatores da natureza e da sobrevivência. Estes jovens e adultos realizam o seu trabalho em função das condições oferecidas pela natureza. Suas vidas giram em torno de um outro referencial de tempo. Não é mais o horário convencional que dita o tempo de trabalhar e o tempo de descansar. Eles simplesmente obedecem a um calendário que não combina com o funcionamento convencional da sociedade como um todo.

Partindo da premissa de que a disponibilidade de tempo dos pescadores profissionais e aqüicultores familiares vai variar entre as diversas comunidades pesqueiras e aqüícolas existentes no Brasil, seguem, abaixo, algumas das possibilidades de modo de funcionamento da alfabetização no que se refere ao tempo e sua organização. Essas etapas são apenas sugestões para a realização do trabalho. A possibilidade de outras configurações de tempo para as aulas ocorrerem existe e deve ser levada em conta. O mais importante é realizar um trabalho que atenda da melhor forma possível os sujeitos em suas necessidades e realidades locais.

## **Aulas no período do defeso**

No caso dos pescadores profissionais, o período do defeso é um momento propício para se intensificar os trabalhos da alfabetização. Apesar disso, é um período insuficiente para se realizar um trabalho de alfabetização realmente produtivo. Mesmo com variações entre os estados, esse tempo é sempre muito reduzido para responder à complexidade de um processo de alfabetização. Dependendo da localidade, a duração do tempo do defeso é diferenciada e isso tem repercussões na forma como a alfabetização pode acontecer. Por isso mesmo, terminado o período de defeso, as aulas devem ter continuidade, partindo de uma negociação com os alunos sobre o melhor modo de funcionamento para todos.

Nesse período, as aulas podem e devem ocorrer diariamente, pois é num processo contínuo que a alfabetização pode render mais frutos. Seria bastante produtivo se o tema do defeso pudesse ser explorado nessas ocasiões, pois pode trazer muitas contribuições para os pescadores profissionais lidarem de forma adequada com esse período e as suas decorrências.

Para uma informação mais detalhada, sugere-se aos educadores a observação da proposta de carga horária do curso, relacionada ao período de defeso.

## Propostas de carga horária de 320 horas - 8 meses

Estimativa da carga horária em diferentes casos	Período de defeso de 4 meses	Período de defeso de 3 meses	Período de defeso de 2 meses
Nº de dias de aulas na semana	5	5	6
Nº de horas de cada aula	3 horas/dia	3:30 horas/dia	3:30 horas/dia
Carga horária semanal	15 horas/semana	17:30 horas/semana	18 horas/semana
Carga horária mensal	60 horas/mês	70 horas/mês	72 horas/mês
Carga horária período defeso	240 horas	210 horas	144 horas
Carga horária período "safra"	80 horas/4 meses	110 horas/5 meses	176 horas/6 meses
Carga horária mensal "mês/safra"	20h/mês	22h/mês	29h/mês
<b>TOTAL DE MESES</b>	<b>8 meses</b>	<b>8 meses</b>	<b>8 meses</b>

O quadro acima está baseado na Resolução CD/FNDE nº 23 de 8 de junho de 2005. Porém, as especificidades de cada local podem indicar outras soluções, desde que se atenham à carga horária estabelecida de 320horas-aula.

### Aulas diárias

Um trabalho de alfabetização precisa acontecer num processo contínuo de atividades que permitam aos alunos interagir com a escrita e construir sua história de leitor e escritor. Não existe um tempo ideal para as aulas, mas é muito importante prever períodos regulares para sua realização. Em comunidades onde os pescadores profissionais desembarcam todos os dias é possível realizar aulas entre segunda e sexta - feira. Para o aqüicultor, que apresenta vida cotidiana com similaridades ao pequeno agricultor rural, as aulas diárias são consideradas como a melhor opção, em decorrência de sua prolongada permanência em terra firme. No caso de aulas diárias, por causa do tempo atribulado dos atores envolvidos, e também por conta do seu descanso, as aulas podem durar aproximadamente três horas. Essa pode ser a sequência mais produtiva. São aulas que podem e devem ter um encadeamento. Dentro dessa dinâmica de trabalho é importante que se estabeleça um tipo de processo que permita aos alunos e educadores acompanharem e identificarem seus avanços ao longo do tempo. Nesse caso, as aulas ficariam mais consistentes se fossem planejadas de forma a se sucederem, podendo, até mesmo, serem pré-requisitos umas das outras. As atividades não precisam ter um fim em si mesmas, ao contrário, devem seguir uma sequência orientada pelos desejos e necessidades dos alunos, educadores, e do próprio processo educativo.



## **Aulas duas vezes por semana: aos sábados e aos domingos?**

No caso de comunidades pesqueiras onde os pescadores profissionais não desembarcam diariamente é preciso pensar em aulas que ocorram nos finais da semana, ou seja, nos dias em que esses trabalhadores não estão na pesca. Realizadas aos sábados e domingos, seria recomendável que essas aulas durassem aproximadamente três horas. Essa é uma alternativa que, embora não seja ideal, é viável como único expediente. Aulas nos finais de semana precisam estar bastante encadeadas entre elas para que algo seja realmente construído, sem depender de um processo de continuidade. Para serem viáveis, essas aulas podem ser pensadas como se fossem pequenos módulos. O educador pode escolher junto com os alunos o trabalho a ser realizado nestas aulas. Para que sejam aulas significativas é importante que o educador esteja “atenado” com o desejo do grupo e conheça o material escrito que circula no cotidiano dos pescadores, e vinculá-lo a essas aulas. Também é muito enriquecedor relacionar a aula de sábado à de domingo, criando expectativa, curiosidade e desejo de voltar no dia seguinte. As aulas desses dois dias não devem depender das aulas que acontecem uma semana antes, ou uma semana depois, porque o tempo entre os dois módulos é muito longo.

## **Aulas uma vez por semana: aos domingos e/ou feriados?**

Em locais onde os pescadores profissionais não desembarcam durante a semana e não conseguem dispor de dois dias para estudar, a alternativa que resta é a de realizar a alfabetização somente aos sábados, domingos e/ou feriados, conforme a escolha e a necessidade. Se for essa a alternativa, as aulas necessitam ter, pelo menos, de três a três horas e meia de duração. Encontros semanais só deveriam acontecer em locais que possuam uma realidade que não permita outro tipo de escolha. Nessas condições, o planejamento das aulas e seu desenvolvimento necessitam estar bastante fechados. Quer dizer, com objetivos bem claros e definidos, e que dependam, o mínimo possível, de um processo que tenham pré e pós-requisitos. Mesmo sabendo que podem contar com atividades complementares, é interessante, na medida do possível, que as aulas produzam um tipo de resultado final bastante consistente e significativo para os alunos. O educador, neste caso, planeja aquilo que ele e seus alunos desejam e necessitam trabalhar, e usa o tempo de modo que o assunto fique de alguma forma, traçado, resolvido. Na dependência dos alunos ficaria apenas a tarefa de aprofundarem o

aprendizado ao longo da semana, mesmo que seja no barco.

## Aulas de acordo com a lua e o vento

Existem alguns locais onde os pescadores profissionais não saem para pescar por ocasião da lua cheia. Curiosamente, em outros lugares, eles deixam de pescar quando a lua é minguante. E, em quase todas as colônias, não pescam quando o vento está muito forte. Em outras localidades, a pesca só acontece quando o vento está apropriado para a atividade. Esses momentos em que os pescadores precisam ficar em terra podem ser boas ocasiões para que as aulas aconteçam. Para isso, os educadores dessas localidades deveriam consultar os alunos e combinar essas aulas de forma que elas nunca deixem de acontecer, e que o cumprimento deste calendário seja um compromisso de todos. Um eficiente e rápido sistema de comunicação entre eles e os educadores seria de grande ajuda na articulação deste calendário. E, se as aulas ocorrerem uma vez por semana, é recomendável que sejam planejadas a ficarem "inteiras", "completas", sem dependerem de etapas anteriores e posteriores. Essa dinâmica é a mesma que acontece com as aulas que ocorrerão somente aos domingos.

## Formação de alfabetizadores e alfabetizadoras

Nas experiências mais atuais de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desenvolvidas no Brasil, observa-se a enorme necessidade de implementar ações de formação docente para esse campo da educação. Tal afirmativa se justifica pelo fato de que por muito tempo se pensou na EJA, e mais especificamente nas ações de alfabetização, como uma atividade secundária e sem maior relevância. Sendo assim, a alfabetização de jovens e adultos podia ser realizada por qualquer pessoa, em qualquer lugar, estando, portanto, mais próxima do campo da filantropia e da missão do que do campo da educação propriamente dita. A história tem nos mostrado que, ao contrário do que se pensava anteriormente, essas ações possuem uma complexidade e uma tal especificidade que pedem não só uma atenção especial na organização das turmas, atendendo às características de cada grupo em cada localidade, como também uma preocupação com a formação dos educadores.

A alfabetização de jovens e adultos vem, ultimamente, se afirmando de forma mais consistente no cenário educacional brasileiro, seja em projetos implementados pela sociedade civil ou mesmo nas próprias redes públicas de ensino. Porém, um dos maiores entraves para a consolidação dessas ações se encontra na falta de formação específica dos educadores para o trabalho com adultos. Esse fator, já confirmado por pesquisas recentes, demonstra que, muitas vezes, professores com bastante experiência de sala de aula tendem a infantilizar suas práticas com os adultos e/ou a realizar uma simples transposição de conteúdos do ensino regular para as turmas de alfabetização de adultos.

Nas duas últimas décadas, com a ampliação das ações no campo da EJA, muitos programas de alfabetização de jovens e adultos têm sido criados sem que se reservem recursos e tempo próprios para o desenvolvimento de ações de formação e acompanhamento do trabalho dos educadores. O que se observa é que as propostas quase sempre consideram um tempo mínimo de formação inicial e esperam que a partir daí os educadores estejam prontos para assumir as turmas nas suas comunidades de origem. Realizada dessa maneira, a formação não é tratada como um processo real que pretende discutir, acompanhar e repensar a prática de sala de aula.

Uma proposta pedagógica coerente com os princípios metodológicos apresentados anteriormente precisa encarar a formação como parte integrante do conjunto das ações. A formação começa com um momento de negociação dos pressupostos com os educadores e precisa ser constantemente revisitada e refletida a partir das práticas vividas em cada turma. O objetivo é que cada educador vá, ao longo do processo, se

tornando mais seguro para lidar com o seu grupo e para enfrentar as dificuldades que surgem. No seu trabalho ele precisa ser atuante e reflexivo e não um mero executor e repetidor de metodologias prontas, pensadas por outros, para outros grupos e em outros contextos.

## Discutindo a temática da formação dos educadores.

Pensando caminhos possíveis de formação de educadores para pescadores profissionais e aqüicultores familiares, apresentamos alguns indicativos que podem ajudar na implementação dos processos de cada região.

O primeiro deles é reconhecer a formação para além do curto espaço de tempo onde o professor frequentou seu curso regular para obtenção do diploma de magistério. Um curso é insuficiente porque não dá conta da complexidade do desempenho dessa profissão, no qual, o educador gera e articula, no seu cotidiano de trabalho, diferentes tipos de saberes. Esses saberes são produto de uma vivência e, portanto, não podem ser apreendidos num tempo único de formação que tem começo e fim e que, se apóia em técnicas prontas, construídas em outros espaços.

Pensar a formação a partir de sua inscrição no tempo significa entendê-la como um processo contínuo que se estende por toda a vida do educador, incluindo aqui: sua história de vida e sua socialização enquanto aluno; o período em que ele passa por um curso de formação; e a experiência profissional. A trajetória de vida dos educadores, anterior ao momento de sua formação inicial, marca as concepções pedagógicas por eles internalizadas e orienta suas opções metodológicas. Da mesma forma, a trajetória posterior a essa etapa é o momento onde o educador pode, de fato, colocar em prática essas concepções traduzindo-as em ações. Estas serão cotidianamente testadas e reformuladas a partir das situações vividas por ele. O educador aprende com esse processo e se refaz no seu dia-a-dia de trabalho.

Com essa afirmação levantamos um outro indicativo a ser observado num processo de formação: a importância do diálogo permanente com a prática e com as ações vivenciadas diariamente na sala de aula. Dessa forma, podemos perceber que os educadores estabelecem uma conexão permanente com o seu cotidiano e com as diferentes situações com as quais têm de lidar. A prática, a atuação em sala de aula, tem então um papel preponderante na reflexão sobre essa profissão e, conseqüentemente, sobre os processos formativos. É a prática e a sua reflexão, que vão, de fato, se constituir numa espécie de laboratório onde é possível experimentar as

diferentes alternativas para criar o melhor caminho de intervenção numa realidade determinada.

Partindo dessa concepção ampliada de formação, parece claro afirmar que o momento da formação inicial não possui, conforme pensado em outros tempos, uma fórmula capaz de instrumentalizar o educador para interagir com a multiplicidade de situações de uma sala de aula. Por outro lado, se não há fórmulas, existem alguns pressupostos que podem ser destacados no sentido de orientar esse processo para que os educadores possam, de fato, se tornarem agentes da sua própria formação.

Do mesmo modo que numa turma de adultos se parte do saber acumulado pelos alunos em sua trajetória de vida, também um processo de formação de educadores deve considerar os processos vividos por eles em sua história pessoal. É nesse percurso que se formam as representações de escola de cada um: a visão que têm sobre os papéis sociais de alunos e de professores; a noção de como se ensina e como se aprende; o ritual da sala de aula, entre outros. Nesse contexto é fundamental reconhecer as diferentes instâncias formativas que marcaram a trajetória pessoal de cada educador: suas experiências educativas em casa, nas igrejas, nos movimentos sociais, na sua vida sentimental, no trabalho, etc. São esses os elementos importantes que vão revelar os caminhos vividos pelos educadores e as formulações/ sínteses realizadas por eles nesse processo. O reconhecimento dessa trajetória é, portanto, o ponto de partida para qualquer processo de formação.

Um outro tópico que vale a pena ressaltar é a necessidade de confronto entre a experiência pessoal de cada educador e os conhecimentos já acumulados na área da educação de jovens e adultos e, em particular, da alfabetização. Questões como a história da EJA, suas campanhas instituídas e lutas instituintes pela alfabetização de adultos; a identidade dos sujeitos envolvidos nesses processos (alunos e educadores); as reflexões sobre as diferentes formas de apropriação do código escrito, seus avanços e perspectivas. No Programa Pescando Letras é fundamental, ainda, considerar o contexto sócio-político-educacional das comunidades pesqueiras e aqüícolas, suas histórias e lutas. O constante diálogo que os educadores mantêm com todas estas temáticas, podem oferecer elementos para se pensar formas possíveis de intervenção educativa.

A adesão do educador a seu campo de trabalho está muito vinculada à relação que se estabelece entre a sua vivência afetiva e a progressiva descoberta da importância de sua tarefa. Daí por diante a formação assume um caráter dinâmico e motivado pelo desejo de cada um de procurar atualizar, desenvolver, fortalecer, a sua inserção nessa área. É o que chamamos de autoformação.

Esse esforço do educador não pode ser solitário, isolado. Se a educação só acontece inscrita num processo, a formação de educadores não pode ser diferente. A dinâmica de autoformação pode ser mediada pelo encontro de diferentes experiências e diferentes indagações sobre essas experiências. É nesse confronto que se vão construindo caminhos para o aperfeiçoamento do trabalho. O acompanhamento é uma dinâmica de formação tão importante quanto o momento inicial de formação, pois é aí que se dá o aprimoramento das práticas e que se abre a possibilidade de fortalecer os lastros teóricos, ampliando as perspectivas do trabalho.

## Uma proposta de organização do trabalho

Levando em consideração os pressupostos discutidos anteriormente, apresentamos a seguir algumas sugestões para a organização do trabalho de formação de alfabetizadores a ser desenvolvido em cada região.

1. Um primeiro passo é a convocação dos alfabetizadores. Alguns critérios devem ser observados por ocasião da seleção, para evitar problemas posteriores, dentre eles é possível sinalizar que:

o nível médio completo como grau de escolaridade, é uma exigência já consagrada e, portanto, é também preponderante neste Programa;

os vínculos do candidato com a comunidade na qual se pretende implantar a turma de alfabetização;

o conhecimento da cultura local e de suas expressões que fazem parte deste envolvimento.

2. É fundamental dispor de um tempo mínimo para a formação inicial, onde se possam discutir questões como:

identidade dos sujeitos do processo: alunos e educadores, suas histórias e suas concepções de ensino-aprendizagem;

história da EJA com ênfase em alfabetização;

leitura e escrita – diferentes concepções da aquisição do código escrito;

o setor pesqueiro e aquícola no Brasil; história, memória e lutas dessa categoria, entre outros temas.

É conveniente que este momento de formação possa se dar no âmbito regional, abrindo

assim espaço: às questões que lhe são próprias; às suas interferências na implementação do trabalho; e à construção de um discurso comum entre os educadores. Esta etapa deve ter uma duração mínima de 40 horas de trabalho.

Na mesma direção do fortalecimento dos vínculos dos educadores com as suas respectivas regiões também se inscreve a necessidade de favorecer seus vínculos com a comunidade onde a turma de alfabetização será criada.

3. Em seqüência a esse processo inicial, é igualmente importante que se realize um acompanhamento do trabalho através de encontros regulares numa perspectiva de formação continuada. Acreditamos que um tempo mínimo para essa etapa seja também de 40 horas, a serem cumpridas ao longo do percurso de realização do Programa.

4. Um apoio a ser considerado é a constituição de equipes responsáveis pelo processo de formação e acompanhamento do trabalho. Essas equipes deverão ser capazes de assessorar os processos vividos pelos educadores, estimular a produção de textos e sistematização de suas práticas de autoformação, realização de seminários, pequenos encontros para exploração de alguns eixos temáticos eleitos pelos educadores.

Para tanto supõe-se que essas equipes sejam constituídas por pessoas com experiência na área de alfabetização de jovens e adultos e com potencial de articulação e mobilização dos educadores.

5. Outra forma de acompanhamento do trabalho deve ser pensada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação nas localidades onde as turmas serão implantadas. Esse tipo de suporte é importante para que se garanta o financiamento das turmas. A solução de problemas imediatos tanto de infra-estrutura, como de assessoria às demandas colocadas pelos educadores podem ser encaminhadas neste âmbito. Do mesmo modo, as providências que devem ser tomadas em função da continuidade da escolarização dos alunos.

## Materiais pedagógicos

Para falar de materiais pedagógicos que, de forma criativa e qualitativa atendam às necessidades de jovens e adultos pescadores profissionais e aquicultores familiares em processo de alfabetização, talvez fosse necessário fazer uma distinção entre o que é material didático e o que material pedagógico.

Por materiais didáticos entendemos todos os objetos que podem ser usados durante as aulas. Entre eles estão os habituais livros didáticos ou cartilhas. Esses são materiais que ensinam a ler e a escrever a partir de concepções que frequentemente não estabelecem uma relação específica com a realidade e as experiências vividas pelos alunos.

Podemos considerar como materiais pedagógicos todos os instrumentos que possibilitam a socialização dos saberes dos jovens e adultos pescadores profissionais e aquicultores familiares e favorecem o processo de aprendizagem. E, por entender que a sala de aula deve ser um espaço associado à vida, tudo que estiver relacionado à realidade, aos interesses e às necessidades pessoais e profissionais desses sujeitos pode ser transformado em material pedagógico. Visto dessa forma, esses materiais além de dar conta dos conteúdos a serem trabalhados durante o processo de alfabetização estarão sempre relacionados com a vida cotidiana onde eles estão inseridos.

Procurando caminhar em sintonia com a concepção teórico-metodológica dessa proposta, de uma forma dinâmica e prazerosa, nossa intenção é sugerir algumas idéias de atividades que possam dar conta dos núcleos temáticos ora apresentados.

### Identidade

Em fichas de cartolinas, os educadores poderão fazer o registro dos nomes dos alunos, de seus filhos, de suas esposas e esposos, etc. Em particular, aprender a escrita do próprio nome cria nessas pessoas uma sensação de autonomia, uma vez que elas não mais precisarão deixar suas impressões digitais quando tiverem que assinar algum documento. No que se refere aos nomes dos filhos, esposas, esposos não podemos esquecer que eles têm um valor afetivo incalculável, pois são carregados de significados e histórias. Esses registros representam a construção de caminhos para a cidadania, que serão ampliados com o domínio da linguagem escrita.

Na direção da memória literária, interessa fortalecer as tradições culturais e valorizar a identidade. Com essa produção, os materiais pedagógicos podem ser enriquecidos com



poesias, quadras e ditos populares, ditos poéticos, piadas, parlendas e literatura de cordel. No caso específico daqueles alunos que se encontram na fase inicial da alfabetização, as quadras populares, por conterem rimas, se constituem como recurso na identificação das palavras, sílabas e letras fortalecendo a compreensão das relações entre sons e letras nas palavras.

O cotidiano da sala de aula fica muito mais prazeroso com a apropriação de trabalhos que envolvam outras linguagens: desenhos, pinturas, músicas, danças e teatro. Estas atividades podem estar relacionadas a vários aspectos da realidade: a necessidade do pescador e aqüicultor em preservar o meio ambiente; a expressão e apropriação de sua cultura; e, sobretudo o cuidado com a vida saudável dos rios, dos mares e da produção pesqueira. Todas estas atividades artísticas têm ainda a possibilidade de serem transformadas em textos e servir como materiais de leitura e escrita para os alunos. A afirmação da autonomia e o desenvolvimento da expressão têm muito a ver com isso.

## Vida em comunidade

Para esse núcleo temático, vale a pena dinamizar atividades nas quais o exercício de poder, a produção local e a criatividade dos alunos sejam valorizados. Uma idéia é escrever um livro artesanal onde serão registradas histórias de vida dos próprios educandos, de seus familiares e de suas comunidades. Na produção deste livro, uma idéia seria construir uma linha do tempo, de cunho genealógico, iniciando com o nascimento dos avós dessas pessoas até chegar aos filhos ou netos. Provavelmente esses textos aparecerão carregados de acontecimentos significativos no plano individual e, por certo, estarão relacionados às histórias de suas comunidades.

Outro recurso é a organização de uma coletânea de textos da própria experiência vivida pelos alunos, ou seja, um levantamento da cultura dos educandos, suas crenças e suas histórias. Para isso, os educadores poderão aproveitar o registro de uma destas histórias, ler para a turma e em seguida solicitar ao grupo que conte outras histórias que eles conheçam ou que façam parte do cotidiano daquele grupo. Nesta perspectiva pode-se também eleger histórias de luta destes trabalhadores, enquanto categoria profissional. Todo esse material deve ser registrado pelos próprios alunos com a ajuda dos educadores. Nesse exercício, a leitura e a escrita irão se somar à oralidade, e a tradição oral será conhecida e reconhecida através do registro.

Os educadores poderão ainda incentivar a produção de materiais alternativos como: jogos de dados, jogos de dominó, jogos da memória, tangram, xadrez, dama, bingo, palavras cruzadas e tanto outros conhecidos por eles e pelos alunos. Os jogos são caracterizados como atividades lúdicas, contam histórias/lendas, funcionam como meio

de aproximação entre educadores e alunos, valorizam o desenvolvimento da criatividade, além de comportar questões de socialização, ética e solidariedade. No jogo, o erro faz parte do processo de aprendizagem, não deixando de ser uma forma de integração social do grupo.

## Tempo

Para que os pescadores profissionais se apropriem do registro sobre o período de defeso, incluindo aí toda a variedade de pescados nas diversas regiões do país, poderá ser confeccionado um calendário, denominado “calendário do defeso”. Com esse material, além do registro dessa legislação, a geografia e a ciência estarão presentes de forma interdisciplinar em sala de aula, levando os alunos a refletirem sobre o equilíbrio ecológico. Um exemplo típico desse fenômeno é que o defeso do camarão acontece em um tempo diferenciado do defeso da sardinha e de outros tipos de pescados.

Outra proposta seria a realização de uma pesquisa sobre as fases da lua procurando relacionar essas fases com os períodos de defeso e com as altas e baixas marés que possibilitam ou impedem a ida dos pescadores para o alto mar. Essa pesquisa poderá ser transformada em um documento que servirá de orientação para os pescadores.

Pode-se pensar ainda em um memorial da infância dos pescadores e aqüicultores. Uma idéia é organizar tardes de atividades denominadas “baú das lembranças”. Nessas ocasiões, além dos alunos, poderão estar presentes seus filhos, seus netos e demais pessoas da comunidade. A proposta é que eles possam contar histórias, cantar músicas antigas e relembrar os brinquedos e as brincadeiras vividas por eles. Para transformar toda a riqueza da oralidade expressa nesses eventos, em textos escritos, nas próximas aulas poderão ser feitos os registros de três livros artesanais: um livro de história, um livro de brinquedos e brincadeiras e um livro de músicas antigas. Esses livros, além de material pedagógico podem se constituir em instrumentos de preservação do patrimônio cultural e servir como material de pesquisa para as novas gerações.

## Atividades pesqueira e aqüícola

Talvez fosse interessante propor algumas atividades a partir de decretos-lei contendo orientações sobre: os direitos e os deveres dos profissionais da pesca e aqüicultura; os encaminhamentos necessários para a aquisição de documentos como registro de filiação à colônia de pescadores; o Registro Geral de Pescador; a documentação necessária e os prazos a serem observados para o requerimento do seguro desemprego durante o período do defeso; o financiamento para compra e melhoria de embarcações

pesqueiras ou de insumos relativos à aquicultura; a distinção entre as categorias de pesca (artesanal, industrial e amadora); e os papéis desempenhados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pelo Ministério da Previdência, pela Capitania dos Portos, pelo Ministério da Marinha e pelo IBAMA.

Ainda envolvendo o trabalho dos pescadores profissionais e aquicultores familiares, seria conveniente a organização de listas dos nomes de peixes e outros seres de cultivo aquático, levantamento de todos os custos para que esse pescado chegue no ponto de venda e os cálculos dos preços para o consumidor. Com isso, a matemática em forma de cálculo mental, como normalmente é usada pelos sujeitos não alfabetizados, ganhará a forma de registro através da escrita. Além de possibilitar a discussão sobre quem tem maior lucro com o trabalho realizado: os profissionais da pesca e aquicultura ou o intermediário do comércio pesqueiro.

As receitas de culinária e medicina caseira também oferecem uma rica oportunidade para os alunos expressarem seus saberes acumulados nesse campo. Através dessas receitas, o trabalho poderá ser desenvolvido de forma interdisciplinar onde a leitura e a escrita estarão sempre relacionadas aos conteúdos da história, da geografia, da ciência e da matemática. Exemplos: as plantas medicinais que curam muitas doenças, uma receita de culinária típica de uma determinada região do país, a história dessas receitas, tanto da medicina popular como da culinária e, por fim, a quantidade e os preços desses ingredientes e o tempo necessário para o seu preparo.

## **Organização dos pescadores profissionais e aquicultores familiares.**

Para contemplar esse núcleo temático, pode-se pensar num levantamento, em forma de pesquisa, junto aos alunos e seus familiares com o objetivo de descobrir quais foram os primeiros moradores da comunidade, que participação tiveram na organização da colônia e de associações locais, assim como, nos acontecimentos importantes da comunidade. A partir daí, os educadores e os alunos podem explorar esses acontecimentos e relacioná-los com os fatos ocorridos no município, no estado e no país nesta mesma época. Essa atividade, no caso dos pescadores profissionais, por certo irá contribuir para uma maior compreensão da macro história do Brasil e seus efeitos na micro história das colônias de pescadores. O próprio nome “colônia” poderá se constituir como objeto de estudo. Por que esse nome? O que tem a ver com a história do Brasil no tempo colonial? Quando surgiu a primeira colônia e que benefícios ou prejuízos trouxe para os pescadores? Como se dá o processo de eleição de dirigentes, tanto das colônias como das associações e dos sindicatos? Quem pode se

candidatar a esses cargos? Qual o tempo legal para o mandato?

É importante que esteja presente, no processo de alfabetização dos pescadores e aqüicultores, o levantamento de informações sobre a existência de fóruns estaduais, conferências e outros movimentos ligados à vida e à luta desses sujeitos, no sentido de se organizarem enquanto categoria. Toda esta produção poderá ser transformada num material de consulta para esses profissionais.

Outro recurso interessante seria estimular a leitura das Cartilhas de Pastoral da Pesca e da Primeira Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca. Essas publicações, além de conterem todas as informações sobre o modo como os profissionais da pesca e da aqüicultura vêm se organizando ao longo da história, ainda se prestam como ferramentas de orientação em torno dos direitos desses trabalhadores. A Primeira Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca contém, no seu esboço, as diretrizes das políticas públicas que estão sendo implementadas pelo governo federal por meio da SEAP. Esse material pode estimular os alunos a escreverem cartas para os presidentes das colônias, para os presidentes dos sindicatos e para a própria Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca no sentido de reivindicar seus direitos, caso esses não estejam sendo cumpridos.

## Meio ambiente

O meio ambiente e a preservação da natureza são temas transversais a serem trabalhados, perpassando assim, todos os outros núcleos temáticos. Para tanto, seria interessante que os educadores selecionassem algumas notícias de jornais e revistas, letras de músicas, ou alguns vídeos que falam da agressão à natureza como, por exemplo, os desmatamentos e as queimadas, ou que tragam orientações acerca de como deve ser a relação do homem com a natureza, considerando o equilíbrio ecológico para que a vida na terra não continue ameaçada. Campanhas de preservação do meio ambiente podem ser organizadas, envolvendo o Poder Público Municipal, a Capitania dos Portos, o Ministério da Marinha, o IBAMA e outras entidades e iniciativas locais.

Outra proposta bastante significativa é o exercício denominado “olhando ao redor”. Para desenvolver essa atividade, uma sugestão é que os educadores peçam aos alunos que tragam para a sala de aula relatos de acontecimentos locais, façam o registro desses acontecimentos e organizem um mural da turma. Com esse material poderá surgir ainda um jornal artesanal da comunidade pesqueira e aqüícola e ser intercambiado entre as turmas locais e até mesmo interestaduais que, por certo, se sentirão motivadas a fazerem o mesmo exercício. Ao mesmo tempo será produzido um rico material pedagógico de leitura e escrita para os jovens e adultos em processo de

alfabetização.

Como o trabalho será realizado em parceria com as redes municipais, todo o acervo das bibliotecas públicas ou secretarias de educação poderia ser disponibilizado. Na coletânea de materiais de leitura poderão estar contidos, se possível, alguns jornais que tenham notícias sobre políticas públicas para a categoria de pescadores profissionais e aqüicultores familiares. Lembrando sempre que o trabalho com o jornal em sala de aula não deve ficar limitado ao simples recorte de letras, mas precisa ser usado como um elemento de provocação do desejo de leitura e de escrita.

Essa é apenas uma chuva de idéias que pretende contribuir para o desenvolvimento do trabalho de alfabetização de jovens e adultos pescadores e aqüicultores. Sendo assim, essas contribuições não estão fechadas e nem são definitivas. Devem ser complementadas e enriquecidas pelos saberes dos educadores e dos alunos no decorrer do processo.

## Considerações sobre Alfabetização Digital

É importante distinguir que, embora se use o termo alfabetização digital geralmente com o sentido de caracterizar um aprendizado inicial ao mundo da informática e a necessidade de acesso que possibilite democratização desses recursos tecnológicos, nessa proposta, estamos tratando da alfabetização de pescadores profissionais e aqüicultores familiares como uma primeira etapa em direção a formação de leitores e escritores. Não se trata apenas de possibilitar acesso a um código, mas de contextualizar esse aprendizado, atribuindo sentidos que tenham como chão o exercício da cidadania, o fortalecimento de sua cultura e o aumento de sua auto-estima.

A alfabetização digital entendida como foi dita acima, pressupõe conhecimentos da leitura e da escrita que permitam tanto a navegação na *internet*, quanto o entendimento de programas básicos de informática que operam com a lógica binária. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de reconhecer que vivemos simultaneamente um mundo sofisticado e agilizado pelas inovações tecnológicas e outro que ainda não se apropriou do código da escrita e da leitura. Tal situação exige e desafia os educadores de jovens e adultos a considerar que apesar das circunstâncias locais, seus alunos, no nosso caso os pescadores profissionais e aqüicultores familiares, habitam o mesmo tempo histórico dos usuários e produtores dessas novas linguagens e são por elas direta ou indiretamente influenciados, seja ao ligar a televisão, seja ao se deparar com os terminais eletrônicos, principalmente nos bancos.

Em um mundo altamente mercantilizado, os avanços científicos e tecnológicos produzidos, também, por outros trabalhadores, têm contribuído muito mais para a produção de riquezas, aumento de lucros das empresas, exploração de mão de obra barata e, muito menos, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Numa perspectiva de mudanças sociais, não é apenas o acesso a determinados bens, ou ao volume de conhecimentos e informações disponíveis que modifica as relações entre as pessoas. É necessário imprimir também qualidade nas formas de apropriação e atribuições de sentidos que resultem, de fato, em transformações das condições de vida dos trabalhadores da pesca e da aqüicultura.

O acesso a esses avanços ainda não os torna democráticos e o uso, ou melhor os diferentes usos, devem ser melhor explorados. Não para o estabelecimento de um padrão, mas considerando às seguintes questões: de que forma os grupos populares atribuem sentidos a essas tecnologias? Como o uso e a apropriação podem ser criativos e potencializadores? Tanto progresso tecnológico contribuiu para quem? Estão nos ajudando a ser melhores? Mais humanos? Contribuem para que possamos nos

expressar com criatividade e discernimento, afinal para que tanta informação? Ajudam-nos a ampliar redes de comunicação e troca? Enfim, perguntas básicas que orientem escolhas e que nos ajudem a avançar na superação de uma tendência na qual as inovações tecnológicas aparecem como panacéia de desenvolvimento e progresso, ou em uma tendência obscurantista motivada pelo medo do desconhecido.

É evidente que esses mesmos avanços, sobretudo aqueles que impactaram na criação de novos códigos e linguagens, contribuíram também para gerar outras formas de expressão e comunicação entre as pessoas, interligando diferentes culturas. Aí reside um grande potencial a ser explorado, sobretudo, no exercício de um outro olhar sobre a questão da democratização, reconhecendo e valorizando a cultura própria dos pescadores profissionais e aquícultores familiares em todas as suas dimensões: artes, incluindo as do trabalho, histórias, saberes, mitos, tradições etc. Dessa forma, se fortalece um sentimento de pertença, imprimindo outros sentidos, sentidos de mão dupla, nos quais as tecnologias também possam se beneficiar, reconhecendo, admitindo e incluindo outras estratégias de atuação e recriação do mundo acumuladas por esses sujeitos.

A SEAP/PR comprometida com o Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, criou o Programa Maré – O Telecentro da Pesca. Os Telecentros de Pesca Maré representam um compromisso com a inclusão digital através da democratização do acesso à comunicação e informação com a utilização de *software* livre. Pretendem, também, ser locais de interação onde se possam trocar idéias, informações, criar grupos de discussões, desenvolver a economia do local, e se ter acesso a informações que, geralmente, ficam muito distantes das comunidades pesqueiras.

Certamente as turmas de alfabetização próximas aos Telecentros de Pesca Maré poderão usufruir melhor desse espaço, assim como se pode pensar em projetos pilotos de alfabetização com o uso de *software*, o que não é absolutamente o caso dessa proposta, devido à sua própria concepção que parte da diversidade de saberes e experiências como matéria prima do processo de alfabetização. O Programa Pescando Letras, devido a sua abrangência nacional, deve considerar as condições locais, na maioria das vezes, bastante desfavoráveis ao uso de novas tecnologias. Outro aspecto é a distância das salas de aula em relação aos Telecentros. Portanto, o que se deve garantir nessa proposta é sua própria base de sustentação: concepção teórico-metodológica, formação de educadores, acompanhamento e avaliação do processo, continuidade da escolaridade, assim como possibilidades de qualificação profissional.

No entanto, para o Programa Pescando Letras, algumas questões se colocam em relação à alfabetização digital:

A alfabetização digital, no sentido da iniciação ao campo da informática, exige conhecimentos mais consolidados da escrita e da leitura, ou seja, estamos tratando de processos de alfabetização bastante diferenciados e isso deve ser considerado;

É necessário reconhecer a sincronicidade das linguagens, ou seja, ambas as linguagens estão presentes no mesmo mundo em que habitam o educando e o educador;

Se a perspectiva da alfabetização da leitura e da escrita é a possibilidade democrática de expressão e comunicação de idéias, pensamentos, valores, saberes etc, como os recursos tecnológicos podem ser usados para potencializar essa perspectiva?

Essas questões podem ser trabalhadas tanto no processo de formação e acompanhamento dos educadores, quanto no processo pedagógico com os pescadores e os aqüicultores. Assim como se pode considerar no âmbito do Programa Pescando Letras possibilidades de:

parcerias com as secretarias municipais e estaduais de educação podem facilitar o acesso dos educandos aos computadores da própria rede;

nos locais com Telecentros de Pesca Maré pode-se pensar em ações educativas mais integradas.



## Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In Práticas educativas e a construção do currículo. Revista Alfabetização e Cidadania. RAAAB, n.º11, abril de 2001, p. 9-20.

BARRETO, Vera e BARRETO, José Carlos. **Um sonho que não serve ao sonhador.** In: *Revista Alfabetização e Cidadania*. Ano 1. Número 1 . Outubro de 1994 - RAAAB – Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil. p.31 a 37.

BEZERRA, Aída. Formação/Autoformação: uma tentativa de organizar algumas idéias sobre o tema. Paper de circulação interna. SAPÉ/RJ, 1995 (2003-última versão)

BEZERRA, Aída. **Analfabeto é Quem?** In: *Revista Proposta - Experiências em Educação Popular* nº 52. Rio de Janeiro: FASE, 1992, p. 26-28.

\_\_\_\_\_ & RIOS, Rute. **La negociación: una relacion pedagógica posible.** In: *Cultura y política en educación popular: principios, pragmatismo y negociación*. Orgs. Anke van Dam, Sérgio Martinic e Gehard Peter. La Haya, Holanda: CESO Paperback n. 22, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores. **Da opressão para a liberdade: Pescadores em Luta.**

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores. **Colônia de Pescadores: com o mesmo poder de sindicato.**

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras.** São Paulo: Editora Cortez, 1993.

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

FNDE/Ministério da Educação/Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE nº 23, 08 junho de 2005.**

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra. 1996 (Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo *et alli*. **Alfabetização - Leitura da Palavra e Leitura do Mundo.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

OLIVEIRA Inês Barbosa & PAIVA, Jane orgs. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. **Educação de Jovens e Adultos.**

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky. Aprendizado e desenvolvimento.** Um processo sócio-histórico. São Paulo: Editora Scipione, 2001.

PARECER CNE/CEB 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relator Prof.º Roberto Jamil Cury, de 10 de maio de 2000.

SEAP/PR. **1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca.** Caderno de Resoluções, novembro de 2003. Luziânia/GO

VYGOTSKY, Lev Semiónovitch. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da Criança na teoria de Piaget.** São Paulo: Editora Thomsom Pioneira, 1998.